

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: LEITURAS

*Maria do Rosário Cunha Peixoto**
*Olga Brites**

*Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.*
Gonçalves Dias

A oficina *Reapropriações da carta de Pero Vaz de Caminha – Da historiografia erudita ao livro didático* propôs-se discutir a carta e seus usos, revendo argumentos colocados no passado e no presente, contrapondo-se ao clima comemorativo em torno dos 500 anos da “descoberta” do Brasil, no qual a Carta de Pero Vaz de Caminha tem ocupado um papel relevante, através de publicações e utilização em anúncios publicitários.¹

Essa Oficina foi pensada como um momento de aprendizado coletivo, no qual os participantes, divididos em grupos, utilizando-se de diferentes materiais (textos teóricos, historiográficos e a Carta), produzissem uma reflexão sobre a relação passado/presente,

* Professoras do departamento de História da PUC-SP.

1 A organização dessa oficina foi inspirada no texto: Mader, Maria Elisa de Noronha de Sá. “História, Cronistas e Viajantes: A Carta de Pero Vaz de Caminha como Memória Fundadora”. In: Mattos, Ilmar Rohlof de (org.) *Ler e Escrever para Contar*. Documentação, Historiografia e Formação do Historiador. Rio de Janeiro, Access, 1998, pp. 69-93.

memória/história e o trabalho do historiador com documentos, respondendo à indagação de como transformar o documento em monumento, conforme sugere Le Goff.²

Pensando o ensino como pesquisa, isto é, pensando a pesquisa não como “atividade a mais”, mas na condição de princípio organizador de nosso trabalho docente, a Oficina buscou diferenciar-se de uma miniconferência, na qual a participação dos envolvidos ocorresse somente nos momentos finais, abertos ao debate. Também foi nossa preocupação que o trabalho com a documentação não tivesse por finalidade “ilustrar” as falas e abordagens de quem ministrou a atividade, mas que a discussão articulasse em seu interior a reflexão teórica e a análise documental.

Transformar documento em monumento, na perspectiva de Le Goff, supõe recolocar o primeiro nas condições históricas de sua produção e indagar da intencionalidade consciente ou inconsciente que expressa, isto é, reportar-se aos sujeitos que o produziram e às razões de o fazer. Recolocar o documento nas condições históricas de sua produção é pensá-lo como expressão de prática social: escrever cartas, relatos, relatórios oficiais são fazeres realizados com objetivos específicos, cujos significados e relevância devem ser buscados numa rede maior de relações e de poder. Nessa perspectiva, colocamo-nos como problemática identificar e discutir as imagens da terra e de seus habitantes construídas por Caminha e as referências culturais que lhe serviram de base. Isso nos conduziu a indagar sobre a importância da carta no momento da política expansionista portuguesa e relacioná-la com outros documentos da mesma natureza, como literatura de viajantes dos séculos XV e XVI, diários de bordo, etc.

Num esforço de inserir a Carta de Caminha no universo cultural da Europa de final do século XV e início do século XVI, seguimos a trilha de Luís Felipe Barreto, que associa à expansão marítima dos portugueses a produção de conhecimentos não apenas náuticos, mas também sobre os povos não-europeus.

Em sua opinião, a expansão marítima dos portugueses na Ásia abre uma era de contatos regulares e contínuos entre a Europa e as sociedades e culturas asiáticas, a partir da armada comandada por Vasco da Gama, em 1497-99. Os europeus, embora possuindo vantagens marítimo-militares que lhes garantiram entrada no sistema mercantil asiático, não possuíam poder suficiente para impor-lhes as regras de jogo, sendo obrigados a considerar aquelas pré-existentes. O estabelecimento de uma aproximação

2 Le Goff, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e Memória*. Campinas, Unicamp, 1990, pp. 433- 547.

marcada por parceria, concorrência e conflito criara a necessidade de ampliar e produzir conhecimentos sobre esses povos e culturas:

As rotas das especiarias, manufaturas e metais preciosos são também rotas de dicionários, livros e mapas, línguas e tecnologias e toda uma imensa e regular atividade epistolográfica...³

Em 1500, quando Pero Vaz de Caminha escreve a carta, este conhecimento é ainda bastante limitado. O período de 1498 a 1510 aproximadamente, ainda segundo o mesmo autor, é de *encontro, desencontro* dos portugueses com o mundo asiático, caracterizando-se pela recolha pontual e fragmentária de informações, orientada pela Coroa-Estado e os seus funcionários, com objetivos de natureza mercantil e náutica. Os textos referentes à navegação e às viagens permaneceram manuscritos, alcançando em Portugal divulgação e circulação restritas à esfera da Coroa e da Corte. Foram, contudo, na mesma época, publicados na Itália, com excessão da Carta de Caminha, mantida como segredo de Estado. Além da Ásia, faziam parte da experiência dos portugueses contatos com a África Oriental. A leitura da terra e de seus habitantes é feita através de um referencial europeu e de seu conhecimento de outros povos por comparação ao que lhes era familiar ou conhecido. O olhar de Caminha não é o olhar de um europeu comum, mas de um funcionário da Coroa a serviço do rei, comprometido, portanto, com seu projeto civilizatório. Já nas primeiras linhas de seu relato, o escrivão-mor deixa claro o lugar social de onde fala:

... dando notícia do achamento desta Vossa terra nova, que agora nesta navegação se achou, não deixarei de também eu dar minha conta disso a Vossa Alteza, fazendo como melhor me for possível...⁴

A própria estrutura do relato já fora interpretada pelo grupo como uma evocação bíblica do Gênesis, anunciando a criação do “novo” mundo” não em sete mas em nove dias.

3 Barreto, Luis Felipe. “O Orientalismo Conquista Portugal”. In: Novaes, Adauto. *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 275.

4 Castro, Silva. *A Carta de Pero Vaz de Caminha, O Descobrimento do Brasil*. Porto Alegre, L & PM, 1985, p. 75.

De acordo com os cânones literários da época, escrever é como montar um cenário, pintar um quadro, tornar presente ao leitor uma realidade ausente. Outra não parece ter sido a intenção de Caminha quando afirmou não desejar *embelezar nem enfeiar* a realidade, mas guardar a fidelidade ao que existia.

Escrita a partir de uma preocupação e crença na possibilidade de um relato objetivo, neutro, a Carta informa mais sobre o modo de ver do informante do que sobre coisas, lugares e pessoas que descreve⁵. Como sugere Foucault, entre as palavras e as coisas há uma lacuna, um espaço de interpretação, de atribuição de sentidos por parte do narrador. As coisas, portanto, não são redutíveis às palavras que as descrevem.

Uma leitura mais atenta da carta nos possibilita afirmar que as referências bíblicas⁶ fazem parte não apenas do falar de Caminha, mas de sua idéia de estar no mundo. Expressam a perfeita simbiose do caráter militar e religioso do projeto expansionista português. A partir desse universo mercantil-religioso, são construídas as representações do “paraíso terreal”⁷, no qual homem e natureza se harmonizam. As referências à natureza remetem à idéia de exuberância, fartura e fertilidade. Algumas passagens nos fizeram lembrar de imagens bíblicas da Terra Prometida, onde corre leite e mel:

Enquanto ali estávamos, alguns dos nossos foram em busca de marisco e somente acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um tão grande e tão grosso como eu jamais vira igual.⁸

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, passaram alguns papagaios por essas árvores, alguns deles sendo verdes, outros pardos, grandes e pequenos, dando-me a impressão que haverá muitos nessa terra. Porém eu não creio de haver visto mais de nove ou dez. Nessa oportunidade, outras aves não vimos, a não ser pombas seixas, que me pareciam bastante maiores que as de Portugal. Alguns disseram que viram pombas rolas; eu não as

5 Foucault, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de António Ramos Rosa. Lisboa, Martins Fontes/Portugália, sem data.

6 Inúmeras são as referências bíblicas e religiosas. Exemplos desse procedimento: a alusão à figura de Adão, para expressar a inocência dos habitantes da terra; o ato de nomear os acidentes geográficos com nomes de santos (Monte Pascoal, Terra de Santa Cruz), utilização do calendário cristão para datar e marcar horas (Terça feira das Oitavas de Páscoa, Horas de Véspera). Cortesão, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943

7 Hollanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 3. ed. Rio de Janeiro, Nacional/SCCT/SP, 1977 (Brasiliense – 333).

8 Castro, Silvio, op. cit., p. 84.

vi. Todavia, como os arvoredos são muito numerosos e grandes – e de infinitas espécies – não duvido que por esse sertão haja muitas aves!⁹

Mediante arguta observação e por analogia com sua própria experiência e cultura, Caminha busca nos gestos e no comportamento dos nativos sinais e indícios que lhe permitam classificá-los e compreendê-los. Ao descrevê-los como pardos, estava afirmando que eles não eram brancos, ao dizer que tinham bons narizes, estava declarando que não eram negros e que eram boa gente, não serem circuncisados significava que não eram judeus. Inúmeras foram as tentativas de testar os nativos na perspectiva de enquadrá-los nos parâmetros conhecidos, como, por exemplo, dar-lhes vinho, mostrar-lhes animais domésticos como um carneiro e uma galinha, que eles desconheciam. Segundo João Adolfo Hansen¹⁰, cuspir o vinho e não conhecer o carneiro, símbolos de Cristo, indicava, para os portugueses, sua ignorância em relação à fé cristã. Os nativos são avaliados, observados, indagados como habitantes de uma terra que não lhes pertence ou que deixará de lhes pertencer. São, portanto, avaliados para que melhor se perceba quais as atitudes pertinentes a uma pedagogia de colonização. Daí a importância de levantar características como idolatria, mansidão, formas de reagir às iniciativas dos portugueses. Havia não somente a intenção de perceber como moravam, viviam, mas de observá-los em suas atitudes: obediência em depor as armas todas as vezes que solicitados, o comportamento diante da missa, a predisposição em aceitar qualquer coisa em troca de seus serviços ou objetos (são vistos como facilmente enganáveis), sua prestimosidade em ajudar no abastecimento de água, o modo como se aproximavam ou permitiam aproximação dos portugueses.

O “achamento” da terra foi interpretado como parte do cumprimento da missão religiosa dos portugueses¹¹. A descrição do comportamento dos habitantes da nova terra, com ênfase na sua índole pacífica, cordial e obediente pode ser pensada como uma avaliação de sua suposta predisposição à ação catequética. O comparecimento respeitoso dos índios à primeira missa, a imitação do gestual dos portugueses (ajoelhar, levantar, erguer as mãos para o céu, colocar a cruz no pescoço), tudo isso foi interpretado como

9 Idem, op. cit., p. 91.

10 Hansen, João Adolfo. *500 anos de Descoberta – Cultura e Política Ibero Americana*. TV Senado, 21/9/99.

11 Castro, Silvio, op. cit.

desejo e comunhão dos índios com aqueles propósitos cristãos. Sua simplicidade foi indicada e entendida como elemento que facilitava a efetivação do projeto colonizador.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles todo e qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons.¹²

Paradoxalmente, momentos de tensão são percebidos e assinalados por Caminha. As relações dos portugueses com os nativos são marcadas pela perplexidade. Perplexidade que se expressa diante da nudez, da alegria, da beleza, pontos avaliados positivamente, mas também se manifesta negativamente, frente à indiferença que demonstram à autoridade e ao poder que os portugueses assumem e querem demonstrar. O ponto alto desse estranhamento parece ter ocorrido quando Cabral recebeu dois deles em sua nau, com a pompa habitualmente dispensada pelos representantes do rei aos chefes estrangeiros. E seus convidados não fizeram quaisquer gestos de cortesia, sugerindo haverem ignorado tudo o que o cerimonial representou para os portugueses. Sua falta de decoro é lida como não “ter lei, nem rei”. Não se mostraram maravilhados nem atemorizados ou respeitosos: qualquer dessas atitudes estaria dentro dos padrões de relacionamento com outros povos, já experimentados pelos colonizadores.

Quando eles vieram a bordo, o Capitão estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar muito grande no pescoço, e tendo aos pés, por estrado, um tapete. Sancho de Tovar, Simão Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correa e todos nós outros que nesta mesma nau vamos com ele, ficamos sentados no chão pelo grande tapete. Acenderam-se tochas. E eles entraram sem qualquer sinal de cortesia ou de desejo de dirigir-se ao Capitão ou a qualquer outra pessoa presente, em especial.

.....

... Um deles viu uma contas de rosário, brancas: mostrou que as queria, pegou-as, folgou muito com elas e colocou-as no pescoço. Depois tirou-as e com elas envolveu os braços e acenava para a terra e logo para as contas e para o colar do Capitão, como querendo

12 Castro, Silvio, op. cit., p. 94.

dizer que dariam ouro por aquilo. Nós assim o traduzíamos porque era o nosso maior desejo... Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isso nós não desejávamos compreender, porque tal coisa não aceitaríamos fazer.¹³

A atitude dos nativos de querer o colar e mais o terço, na visão de Caminha, significava ultrapassar os limites do razoável e também aqui o escrivão deixa clara a intenção dos portugueses de demarcarem os termos da relação com eles, quando afirma “isso não iríamos consentir”.

A harmonia desses homens com a natureza é avaliada de forma ambivalente: por um lado expressa seu estado de graça, de inocência; por outro, são indicativos de falta de organização social, de atividade produtiva, “não lavram nem criam”. Assim, são aproximados aos animais: serem belos e saudáveis por dádiva da natureza e não por esforço próprio são aspectos negativos, que expressam barbárie e ausência de civilização. Se, por um lado, não ter idolatria é considerado positivo, não “ter Deus”, é intolerável. Torná-los filhos de Deus é também torná-los súditos do rei e obedientes à lei. Para o colonizador, referir-se à terra como aquela “em que se plantando tudo dá” não significou apenas afirmação de sua fertilidade e prodigalidade naturais, mas de sua utilidade. Numa terra capaz de alimentar seus habitantes com fartura, a alusão ao plantar remete para a idéia de seu aproveitamento econômico. A idéia bíblica de humanidade em oposição à de animalidade pressupõe o trabalho como condição primeira. É por ordem divina que o homem deve comer o pão com o suor de seu rosto. Não criar, não lavar, não plantar representam ausência de civilização e correspondem a uma animalidade que precisa ser transformada.. Outra questão fundamental reiterada na carta é a idéia de que foi Deus que guiou Cabral até a Terra Prometida, para que pudessem os portugueses realizar sua missão evangelizadora – salvar almas através da oração e do cultivo da terra.

Tal ambigüidade na construção de imagens do outro justificava a missão salvacionista dos portugueses, entendida por Caminha como desígnio de Deus. Faz parte dessa construção trazer e, se necessário, impor Deus. Estavam formuladas as premissas a partir das quais ocorreria – depois – o rompimento da relação idílica com os habitantes da terra e sua conseqüente satanização, quando, num contato mais efetivo com o português, o nativo é descoberto na sua alteridade. O contato representou o fim da autonomia sociocultural de muitos povos indígenas do continente e não foram poucos os

13 *Idem*, op. cit., pp. 78-79.

que sucumbiram perante a determinação dos colonizadores.¹⁴ Relatos posteriores evidenciam que os portugueses consideraram sintomas de bárbarie experiências culturais desses sujeitos, como a poligamia e a antropofagia, entre outras. Nesse momento, a catequese é vista como fundamental para a educação desses homens, reafirmados, então no seu primitivismo.

Na continuidade dos trabalhos da Oficina, outra questão proposta aos grupos foi discutir as reapropriações da carta de Caminha a partir do século XIX pela historiografia erudita e pelos livros didáticos.

A apropriação da carta de Pero Vaz de Caminha no século XIX representa uma construção não mais de Caminha, mas de nossos historiadores, a partir de intencionalidades outras, colocadas pelo seu presente.

A carta de Pero Vaz de Caminha só foi utilizada como documento histórico em 1817, quando publicada por Manoel Aires de Casal, na *Corografia Brasilica*. A partir de então, conforme assinala Maria Elisa Noronha de Sá Mader,

A historiografia brasileira vem lhe atribuindo o papel de memória fundadora, da história do Brasil, constituindo-a no próprio suporte físico de uma memória capaz de fundamentar uma certa identidade nacional.¹⁵

A partir de uma concepção positivista da história, Varnhagen e Capistrano de Abreu tomaram a carta como documento neutro, objetivo e relato fiel da descoberta do Brasil, portanto, como documento privilegiado, que inaugura a memória da nação¹⁶.

Discutir as implicações de se constituir uma história baseada na idéia de que os documentos são capazes de conter a verdade, de retratar a realidade tal qual, significou, para o grupo, trilhar o caminho da desconstrução dessa memória e da história assim constituídas, não para contar a “verdadeira história”, diferente daquela, mas para pensar os caminhos metodológicos da referida desconstrução. Nessa direção, buscamos pensar essas reapropriações a partir das condições históricas de sua produção, indagando sobre o universo social, político e cultural de seus realizadores. O diálogo com alguns autores foi importante para elucidar essa problemática pois, conforme assinala Jaime Cortesão,

14 Grupioni, Luis Donisette Benzi (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo, Global, 1998.

15 Mader, Maria Elisa Noronha de Sá, op. cit., p 69.

16 Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 7. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1962. Capistrano de Abreu, João. *Capítulos de História Colonial (1500/1800)*. 5. ed.. Brasília, UnB, 1963.

a *Corografia Brasilica* significou um elemento a mais na construção da imagem da terra magnífica e rica pela própria natureza que estimulou a idéia de Independência do Brasil¹⁷. Para Rocha Pinto, se a carta não tivesse sido descoberta nesse contexto, continuaria como documento marginal¹⁸.

Nessa perspectiva, podemos pensar que o comprometimento com o projeto político de construção de uma identidade nacional, por parte de Varnhagen e Capistrano de Abreu, explica a leitura retrospectiva da carta de Caminha como “certidão de nascimento da nação”, harmonizando seus elementos constitutivos. Essa operação implicou na incorporação do índio, abstratamente considerado, como elemento de origem. Significou igualmente a afirmação de nossa origem branca, européia, católica e, como contrapartida, representou a rejeição do negro e a estigmatização de todas as manifestações contrárias ao padrão construído. Recriou-se a idéia de natureza pródiga, exuberante, dádívosa.

O mesmo espírito ufanista presidiu a construção dos símbolos nacionais pela República. A bandeira nacional reproduziria esses mitos fundantes através de suas cores verde (matas), amarelo (ouro), azul (do céu) e branco (paz). Aí os sujeitos não aparecem, a nação teria sido construída sem conflitos. A publicação *Pátria Amada Esquartejada* redireciona aquela discussão quando lembra que hoje vivemos essa dimensão do esquartejamento, pensando no Brasil do fim do século XX como país de miséria, com meninos de rua, violência cotidiana, desemprego e outras graves mazelas¹⁹.

A mitificação da origem ibérica e indígena da nacionalidade brasileira fundada na idéia de perfeita e harmoniosa integração dessas culturas encontrou eco no mundo das artes: é o caso de José de Alencar com seu romance *Iracema*, assim como a tela de Vitor Meirelles, a primeira missa no Brasil, para quem a Carta de Pero Vaz de Caminha serviu de referência fundamental.

A pintura histórica, ou qualquer outra, deve receber por parte do historiador um tratamento adequado e ser inscrita em contexto social e político da época, sendo interrogada sobre as concepções de arte e sociedade que expressam.

17 Cortesão, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.

18 Rocha Pinto, João da. *A Viagem – Memória e Espaço*. Lisboa, Sá da Costa, 1989.

19 Simões, Júlio Assis e Maciel, Laura Antunes (coords.). *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo, SMC, DPH, 1992.

Era intenção de Vitor Meirelles mostrar por meio de representação iconográfica aquilo que Caminha dissera no século XV. Araújo Porto Alegre é o mentor de Meirelles nessa empreitada, aconselhando a inspirar-se na carta de Caminha para reproduzi-la em quadro:

Lê Caminha, ó artista, manhã à glória.
Já que o céu te chamar Victor na terra
Lê Caminha, juntar e então caminha²⁰

A tela de Meirelles é, segundo Jorge Coli, exemplar para

compreensão de procedimentos artísticos que dependem, em seu própria gênese, das contribuições originadas no projeto ideológico mais geral, na própria natureza de uma história capaz de engendrar o passado que se deseja, e na natureza cúmplice entre duas disciplinas no sentido de conferir aos construtos uma força efetiva de persuasão e de certeza.²¹

Se pensarmos o universo cultural brasileiro do século XIX marcado pela incansável busca de origens étnicas e culturais, consideradas indispensáveis à compreensão de nossa identidade, a escolha por Meirelles, no relato de Caminha, do episódio da primeira missa como elemento fundante de nossa história, parece estratégica.

Se retomarmos a Carta, veremos que Caminha descreve o momento da missa como ponto alto do contato dos portugueses com a gente da terra e prenúncio de sucesso futuro. No clima espiritual e solene do ato religioso, os habitantes do paraíso primordial encontram – e parecem compreendê-lo – a possibilidade de alcançar o paraíso celestial.

Jorge Coli nos lembra ainda que Meirelles tem como fontes de inspiração o relato de Caminha e outra tela: a *Primière Messe em Kabilie*, de Horace Vernet, apresentada ao Salão de Paris em 1855.

Integrante do projeto colonial francês na África do Norte, Vernet retrata um episódio ocorrido em 1853, de sua contemporaneidade, na qual estivera presente. *A messe de Kabilie* representa a submissão das tribus cabilas. O próprio acontecimento, isto é, a missa fora uma construção simbólica do artista. Tinha sido sua a idéia de fazer-se

20 Coli, Jorge. "Primeira Missa e Invenção da Descoberta". In: Novaes, Adauto (org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 111.

21 Idem, op. cit., p. 107.

acompanhar do padre e ele próprio montara o cenário da missa com um cenógrafo e diretor de cena:

Mais do que nunca, a pintura aqui fazia-se história: o artista criava o fato por meio de uma montagem que seria, em seguida, perpetuada na tela.²²

Embora retratando uma cerimônia ocorrida em 1853, contemporânea de Meirelles e não de Caminha, o quadro de Vernet guarda semelhanças com as descrições da Carta.

Para os padrões do século XIX, o fato de haver testemunhado o acontecimento conferia-lhe autoridade e credibilidade para reproduzi-lo fielmente. No caso de Meirelles, que se reportava a um acontecimento longínquo, tomar a obra de Vernet como referência, longe de se configurar como plágio, era dotar a sua de verossimilhança. Significava credenciar-se para reportar-se à Primeira Missa, documentá-la, guardá-la na memória coletiva, perpetuar seus sentidos.

Por comparação com a obra de Vernet, Jorge Coli busca surpreender em Meirelles seu modo particular de ler a Carta de Caminha e a história do Brasil.

Ao focar a cena da primeira missa à distância, Meirelles busca criar um clima espiritualizado, a natureza edênia substitui o templo e produz o efeito integrador entre os elementos da cena, o índio e o português, diferente de Vernet, que dramatizava a cena trazendo-a mais para perto e ao mesmo tempo representando uma fila de soldados com suas baionetas, o que sugere a idéia de dureza da conquista, não havendo intenção de fundir os dois grupos cristãos e infiéis mas de apresentá-los em justaposição.

Por essa mesma razão, sua cruz está envolta numa nuvem de fumaça ao pé de montanhas áridas. Fugindo da idéia de integração Vernet mostra sua preocupação com o detalhamento dos personagens, de suas roupas. Em Meirelles, a cruz “longilínea trás o eixo condutor que leva o olhar para o alto, enquanto um instrumento de serenidade”.²³

Os índios aparecem de forma mais abstrata, pouco individualizada, num esforço de enfatizar sua harmonização com o conjunto da cena.

Portinari, nos anos 40 de nosso século, por sua vez, contrapondo-se a Meirelles, retoma o tema da Primeira Missa no Brasil, cujas formas geométricas conferem atmos-

22 Idem, op. cit., p. 111.

23 Idem, op. cit., p. 114.

fera de dureza, e a ausência de índios na cena contesta a leitura de integração e harmonia entre as culturas européias e indígenas.

Vale a pena registrar a literatura romântica como importante elemento na construção da memória de um passado mítico. No seu desejo de produzir obras brasileiras e originais, volta-se para a busca obsessiva de nossas raízes. José de Alencar, nesse sentido, é exemplar. O romance *Iracema* expressa a crença de seu criador na fusão das raças.

Entre os contemporâneos que assumem a idéia da carta como memória fundadora temos desde José Honório Rodrigues até o jornalista Eduardo Bueno, que com suas publicações sobre a descoberta, os degredados, as capitânicas hereditárias, tem estado entre os autores mais vendidos, consumido portanto por um grande público. Este autor refere-se à carta como “fonte mais confiável, detalhada para reconstituição dos primeiros dias no Brasil”²⁴ e que possibilita “reconstituir passo a passo o que houve com a frota cabralina após os dez dias que foram batizados de Semana de Vera Cruz”.²⁵ Referindo-se ao encontro dos portugueses com os índios afirma: “...de fato a precisão meticulosa com a qual Pero Vaz de Caminha tratou de narrá-lo não configura apenas lição de rigor jornalístico, mas de exatidão antropológica”²⁶

Do século XIX até nossos dias permanece uma tradição, solidamente estabelecida, de considerar a Carta como fundante da história e da nação brasileiras, fonte inesgotável de informações precisas.

Essa constatação levou o grupo a indagar não apenas sobre os usos da Carta (e, por extensão, de documentos) nos livros didáticos e na sala de aula, mas sobre a formação do professor.

Um dos pontos levantados – considerado de primordial importância – foi a separação entre ensino/pesquisa que norteia as práticas docentes, transformando os professores em meros repetidores de um saber cujo processo de produção desconhecem.

Nessa perspectiva o trabalho com documentos na sala de aula e na maioria dos livros didáticos tem aparecido, ora como expressão fiel de realidade, ora como ilustração da teoria.

24 Bueno, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998, p. 114.

25 Idem, op. cit., p. 116.

26 Idem, op. cit., p. 95.

Com a proposição dessa oficina, pretendemos nos somar àqueles que, se opondo ao delírio comemorativo dos 500 anos, buscam contribuir para a emergência de outras memórias e histórias e, parafraseando Maria Célia Paoli, contribuir para “a construção de um horizonte historiográfico” que se apóie “na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos.”²⁷

27 Paoli, Maria Célia. “Memória, História e cidadania: O direito ao passado”. In: Cunha, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH/SMC, 1992, pp 25-28.